

CONCLUSÕES.

A presente tese se assenta em três pilares fundamentais: a interdisciplinaridade, o marco intercultural ibero-americano onde se situão seus municípios objecto de estudo, e a análise da “política”, mais concretamente, das formas de participação política¹.

Em primeiro lugar, assinalamos os enormes benefícios que supõe nossa investigação a utilizar de conceitos das ciências políticas, a sociologia, a história e a antropologia. A combinação de todos eles nos permite estudar os seguintes pontos:

- A convivência de, na hora de investigar sobre política, comparar democracias formais que não pertencem ambas as denominadas “democracias ocidentais avançadas”, isto é, que tenham desiguais níveis de distribuição de renda entre sua população². Em nosso caso, temos tratado de realizar um **estudo comparativo intercultural das modalidades de participação política** executada por cidadãos espanhóis e cidadãos mexicanos.
- A *necessidade* de focar as investigações de participação política propõe a **interacção cara-a-cara entre cidadãos como unidade de estudo básica**. Sem dúvida, a consideração das formas de participação política não como acções individualizadas e sim coo interacções entre indivíduos que ocupam determinados róis, supõe tal abertura analítica que o antropólogo não deve deixar de aplicar com referência sistemática³.

¹ Resulta vital, como estimamos tem permanecido claro ao longo do texto, compreender que os cidadãos participam com intenção de influenciar no processo político e em seus resultados.

² Por suposto, temos apontado o que nosso entender deve ser o princípio básico sustentados de todo sistema democrático: “que todos os que querem, podem participar”; ou dito com os conceitos utilizados pelo autor da tese: que todos os cidadãos podem aceder a totalidade dos róis políticos executados em uma comunidade local.

³ Pensamos que a interacção recíproca entre duas ou mais pessoas condiciona a acção individual desde o momento em que podemos reconhecer a esta formar parte dos róis políticos bem terminados. Assim não podemos “descobrir” o voto até que não o observamos como acção de um conjunto global de trabalho politicamente (rol social). Neste sentido, os conhecidos factores que aplica a ciência política para estudar o comportamento político deve ser analisado sobre o prisma do rol político (vendedor de voto) e não da acção política (emissor de voto).

- O oportuno do **trabalho de campo “multisituado” a nível local**, de aproximarmos a nosso objecto de estudo com as ferramentas que nos proporciona a etnografia. Entre outras coisas, tal aproximação metodológica nos permite poder questionar afirmações das eleições municipais como de “segunda ordem” – em nossos quatro municípios, tais convocatórias eleitorais são as de “primeira ordem” – ou a tendência actual a que os resultados eleitorais se decidam em base a elementos de conjuntura política – o comportamento político de grande parte de nossos cidadãos objecto de estudo responde a factores estruturais.

Em segundo lugar, queremos constatar que temos estudado quatro concretos municípios, dois em Espanha e outros tantos no México; em dois deles (um por país) temos realizado trabalho de campo com todos os requisitos formais para ser considerado como tal (sobre tudo estancia continuada de longa duração), ao mesmo tempo os outros dois nos serviram para complementar e contrastar as informações recolhidas; sobre tudo, se tratava de não perder a respectiva globais da investigação voltando todos nossos esforços em um só município. Dito isto o que, nos interessa realçar que as reflexões vertidas neste texto não perseguem generalizar em torno dos marcos territoriais de Espanha e México, senão que, a partir daquelas, temos tratado de sugerir um **esquema comparativo intercultural de categorias aplicáveis ao estudo da participação política em municípios dotados de meios para gestionar seu destino por si mesmo, considerados institucionalmente como democracias formais**, e com umas características de tamanho, densidade e composição social da população que não cheguem ao que a Antropologia Urbana defende como cidade⁴.

No México temos encontrado cenários onde se mesclam interacções de alta, média e baixa autonomia absoluta associada respectivamente aos cidadãos “unicamente patrões”, “intermediários” e “unicamente clientes”, tais cenários estão hoje por hoje longe de proporcionar opções de participação plena a uma maioria de cidadãos permanecendo estes fora do processo político.

⁴ Seguindo Louis Wirth, Joan J. Pujadas (1996: 244) entende a cidade como o assentamento de alta densidade (gera relações sociais distantes), tamanho relativamente grande (a interdependência dos indivíduos é sumamente segmentaria) e população socialmente heterogénea (as relações interpessoais não geram lealdades nem compromissos fortes).

Em Espanha temos falado cenários de alta e média autonomia absoluta, de tal forma que uma maioria de cidadãos tem acesso a maior parte de róis executáveis em seus respectivas comunidades locais e, conseqüentemente, de influenciar substancialmente no processo político. Se da uma tendência generalizada a plena participação acompanhada em números ocasionais de interacção divididas fruto das divisões simbólicas existentes na sociedade espanhola.

Em definitivo, tendo cada cenário local como processo dinâmico na qual **a política se vai construindo e reconstruindo em cada uma das interacções contidas dos actores que tratam de influir nela**, afirmamos que, primeiro, *tal cuotidianidade tem de dar-se sobre a base de umas condições socioeconómicas que permitam o desenvolvimento de uma vida digna*, e segundo, *a maior nível de privilégios⁵ dos protagonistas em relação ao conjunto de sua comunidade, maior capacidade daqueles de aceder e influenciar - hora eticamente, hora não-eticamente – nos centros de decisões política*. Considerando então as interacções políticas como fenómenos essencialmente dinâmico, temos entendido que as possibilidades de entrar no grupo dos “eleitos” de poder estão estreitamente ligados a posição socioeconómica dos concretos indivíduos em relação a eles mesmo (distância relativa) e em relação ao conjunto da comunidade (distância absoluta).

O que comparativamente nos tem que chamar a atenção entre Espanha e México são as possibilidades de uma maioria de cidadãos espanhóis de ocupar a totalidade dos róis que temos vindo a descrever ao longo do texto, possibilidades derivadas da aproximação relativa e absoluta entre eles; finalmente, a aproximação socioeconómica não é mais - nem menos – que um conjuntos de cidadãos com iguais níveis de privilégios, o qual logicamente, propícia que todo individuo que quer participar o vá fazer junto a cidadãos próximos materialmente a ele (interacções plenas).

Neste momento, queremos propor a maneira de tese o ponto fundamental da nossa análise: **a redistribuição da riqueza entre a população é o passo estritamente necessário para a existência e geração de cenários de participação política nos quais o cidadão pode participar plenamente.**

⁵ Interculturalmente falando, um cidadão é privilegiado quando se encontra ‘absolutamente’ próximo à maior parte de seus convecinos.

Ao mesmo tempo, consideramos que uma generalização dos níveis de privilégios na população, não eliminando as práticas clientelares, se é que propicia sua paulatina redução, e no pior dos casos, sua conversão em elemento identitário presente na cotidianidade política. Este último nos conduz directamente a assinalar a marcada tendência a que sejam os cidadãos socioeconomicamente privilegiados os que constroem e reconstroem a partir das interacções que protagonizam referentes identitários geradores de esferas compartilhadas com o *nós* e fronteiras simbólicas frente ao *outros*.